

**DENÚNCIA FORMAL – Hospital e Maternidade Miquelina Franco e Elisa Padilha /
Hospital Municipal de Contenda**

Destinatário: Ouvidoria / Secretaria Municipal de Saúde de Contenda - PR

Assunto: Denúncia por prática irregular, uso indevido de recursos públicos e realização de procedimento sem prescrição – Enfermeira Coordenadora Quézia Gostenski

Venho, por meio desta, formalizar denúncia contra a colaboradora abaixo identificada, por condutas graves cometidas no exercício da função pública:

Nome: Quézia Gostenski

Cargo: Coordenação de Enfermagem

COREN: 686.440

Local dos fatos: Hospital e Maternidade Miquelina Franco e Elisa Padilha / Hospital Municipal de Contenda – Município de Contenda/PR

FATOS DENUNCIADOS:

A profissional em questão realizou tratamento de lesão por pressão utilizando ozonioterapia em paciente hospitalar (identificado como Sr. Aguinaldo), sem prescrição médica registrada em prontuário, em desacordo com os protocolos clínicos, a legislação vigente e sem autorização formal da Prefeitura de Contenda ou dos médicos da unidade.

Além disso, a colaboradora em nenhum momento realizou qualquer registro no prontuário do paciente sobre a realização do procedimento ou sobre o uso de ozonioterapia, omitindo intencionalmente informações clínicas relevantes, o que compromete a segurança do paciente, viola a legislação profissional e prejudica a rastreabilidade dos atendimentos realizados.

Adicionalmente, foi observado que a colaboradora:

- Retirava cilindros de oxigênio da unidade hospitalar, colocava em seu veículo particular e saía do local sem informar o motivo da retirada, configurando uso indevido de bem público;
- Armazenava o aparelho de ozonioterapia de sua propriedade pessoal no posto de enfermagem ou na sala da Coordenação de Enfermagem, de modo visível e com

conhecimento de diversos profissionais da unidade, mesmo sem qualquer autorização institucional para uso ou permanência do equipamento no local.

PROVA MATERIAL (ÁUDIO):

Possuo, caso necessário, um áudio gravado via WhatsApp enviado pela própria colaboradora Quézia Gostenski, no qual ela confirma explicitamente o uso da ozonioterapia no paciente Aguinaldo, citando inclusive o material utilizado.

Transcrição do áudio:

"Bom dia, tudo bem? Tinha um conezinho de plástico com um biquinho fixado no plástico, que foi feito o ozônio do seu Aguinaldo naquele plástico. Você jogou fora? Porque aquele biquinho ali é reutilizável, e eu preciso muito dele, e estava naquela bandeja lá. Tu jogou fora?"

Esse áudio comprova de forma direta e inequívoca que a profissional realizou e admitiu o uso do procedimento, contrariando normas técnicas e éticas do exercício da enfermagem, especialmente na ausência de prescrição médica e sem respaldo institucional.

TESTEMUNHAS:

Diversos colaboradores da unidade têm ciência:

- Do uso interno do equipamento de ozonioterapia pertencente à profissional;
- Da retirada do cilindro de oxigênio do hospital por parte da colaboradora, sem justificativa ou registro;
- Da inexistência de registro em prontuário sobre o procedimento e uso da ozonioterapia;
- E da ausência de prescrição médica autorizando os procedimentos realizados.

Tais testemunhas podem ser ouvidas mediante abertura de processo investigativo.

IRREGULARIDADES OBSERVADAS:

- Realização de procedimento não autorizado pela rede pública de saúde (ozonioterapia) do Município;
- Ausência de prescrição médica registrada em prontuário;
- Ausência de qualquer registro de enfermagem referente ao procedimento realizado no paciente;
- Uso indevido de recurso público (oxigênio hospitalar);

- Retirada de bem público (cilindro de oxigênio) sem justificativa ou autorização;
- Armazenamento e uso de equipamento pessoal no ambiente hospitalar sem respaldo institucional;
- Admissão dos fatos por meio de mensagem de voz, servindo como prova direta;
- Possível exercício ilegal da Enfermagem em área pública hospitalar;
- Violação de princípios éticos, administrativos, legais e de segurança do paciente.

SOLICITAÇÕES:

Diante da gravidade dos fatos, solicita-se:

- A abertura imediata de sindicância investigativa interna;
- O encaminhamento ao COREN-PR, para apuração de infração ética e disciplinar;
- A comunicação ao Ministério Público, caso se identifique prática de improbidade administrativa, dano ao erário ou exercício ilegal da enfermagem;
- A omissão de informações de procedimentos realizados nos registros internos do paciente dentro da unidade hospitalar;
- E a apuração de eventual omissão por parte da gestão da unidade, caso tenha havido ciência prévia dos atos sem a devida intervenção.

"Diante dos fatos apresentados e das provas mencionadas, aguardo a apuração rigorosa desta denúncia e as devidas providências administrativas, éticas e legais por parte dos órgãos competentes. Agradeço a atenção. Obrigado(a)."